

Brasília-DF, 13 de novembro de 2013

ANS anuncia nova suspensão de 150 planos de saúde de 41 operadoras. Geap está entre elas

Medida começa a valer na próxima segunda-feira, 18. No último ciclo, agência suspendeu 212 planos de 21 operadoras

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou nesta quarta-feira, 13, a suspensão da venda, por três meses, de mais 150 planos de saúde, administrados por 41 operadoras. Esse é o sétimo ciclo de suspensões realizado pela ANS e começará a valer a partir desta segunda-feira (18).

A Geap entrou na lista com os planos GEAP/Família e GEAPSaúde II, que atendem, respectivamente, 110 mil e 324 mil beneficiados. [Clique aqui e confira a lista completa.](#)

A medida foi tomada por descumprimento de prazos estabelecidos para atendimento médico, realização de exames e internações, além de negativas indevidas de cobertura. Nesta quarta-feira, a ANS anunciou também que, ao todo, 37 planos de 7 operadoras que solucionaram totalmente seus problemas assistenciais estão sendo reativados.

Segundo a agência, a atual suspensão beneficia 4,1 milhões de consumidores, que já contrataram esses planos mais reclamados. No último ciclo de suspensões, em agosto, a agência suspendeu 212 planos de 21 operadoras.

Desde que a ANS começou o monitoramento trimestral das operadoras de saúde a partir de reclamações de beneficiários, no início de 2012, 700 planos de saúde de 95 operadoras tiveram as vendas suspensas por não terem corrigido as irregularidades que provocaram as queixas dos usuários – as principais delas, o descumprimento dos prazos máximo de atendimento para marcação de consultas, exames e cirurgias, e negativas indevidas de cobertura.

Como funciona

A suspensão das vendas não afeta o atendimento aos atuais usuários desses planos de saúde, mas impede a inclusão de novos clientes.

Em agosto, foi realizado o primeiro ciclo de avaliação feito pela ANS com a incorporação do novo critério para suspensão dos planos: a negativa de cobertura indevida. Antes, as operadoras eram punidas somente com base no descumprimento de prazo para consultas e realização de exames.

Quem é punido

A ANS vem monitorando os planos de saúde por meio de reclamações feitas em seus canais de relacionamento. E, a cada três meses, publica um relatório.

Uma resolução normativa publicada em dezembro de 2011 estabeleceu tempo máximo para marcação de exames, consultas e cirurgias. O prazo para uma consulta com um clínico-geral, pediatra ou obstetra, por exemplo, não pode passar de sete dias. Justamente para verificar o cumprimento desta resolução é que a ANS faz esse monitoramento.

São punidas com a suspensão da venda todas as operadoras que atingiram, por dois trimestres consecutivos, um índice de reclamação superior a 75% da mediana do setor apurada pela ANS. A punição dura três meses, até que um novo relatório seja divulgado.

Além da proibição, é aplicada multa de R\$ 80 mil por descumprimento da norma para cada reclamação comprovada. Se for um caso de urgência ou emergência, a multa sobe para R\$ 100 mil. Existem hoje no país 1.503 operadoras ativas com beneficiários de planos médicos e hospitalares.

*Fonte: [GL](#).

Em audiência na CAE, debatedores dizem que quem paga a dívida pública é a sociedade

Quem arca com o peso da dívida pública é a sociedade e o maior beneficiário do endividamento público é o sistema financeiro. A afirmação foi feita pela coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na noite dessa segunda-feira, 11.

Maria Lúcia explicou que a Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação civil, sem fins lucrativos, que busca auditar e debater a realidade das dívidas públicas. Ela disse que a dívida pública é um sistema e não pode ser vista de forma isolada, pois é “um mecanismo de subtração de recursos” de estados e municípios.

A presidente da Auditoria Cidadã também criticou a transparência dos documentos das dívidas públicas. Ela presenteou os senadores presentes na audiência com o livro Auditoria da Dívida Cidadã dos Estados, um estudo sobre todas as resoluções do Senado sobre o assunto, desde o início da década de 1970 até a década de 1980. Segundo o livro, a imensa maioria das resoluções não mostra quem foi o agente emprestador e nem a finalidade dos empréstimos. Ela explicou que as dívidas cresceram muito na década de 1990, por conta dos juros altos praticados pelo governo federal.

- Essa conta foi transferida para a sociedade e está sendo paga religiosamente pelo cidadão – afirmou Maria Lúcia, que elogiou a iniciativa do Senado de realizar uma audiência pública para ouvir a sociedade civil.

Serviços públicos

O presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, Amauri Perusso, lembrou que há mais de uma década o Congresso Nacional não vem julgando as contas do presidente da República – o que tornaria inútil esse trabalho do Tribunal de Contas da União (TCU). Perusso ressaltou que os tribunais de contas são responsáveis pela análise das contas dos governos, inclusive sobre a realidade das dívidas.

Perusso cobrou a retroatividade do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nas dívidas com a União – hoje, as dívidas são indexadas pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). A mudança do índice pode representar uma queda de até 50% nos juros. Ele ainda pediu o expurgo de todo juro, pois “a União não pode ter lucro sobre estados e municípios”.

De acordo com Perusso, há muito tempo o endividamento deixou de ser um instrumento de crescimento dos estados e passou a ser um instrumento do sistema financeiro. Com base em uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Perusso informou que o estado gaúcho renegociou sua dívida de R\$ 9,5 bilhões com a União em 1998. A auditoria mostra que até 2012 o estado pagou R\$ 17 bilhões e ainda deve R\$ 43 bilhões.

- Qual o serviço público deixará de ser prestado para se pagar a dívida? – questionou.

A coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em Minas Gerais, Eulália Alvarenga, disse que o modus operandi da dívida se repete em todos os estados. Ela informou que os passivos registrados em empresas que já pertenceram ao estado, como o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) e as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), foram repassados aos cofres públicos.

Eulália lembrou que em 1999, o então governador mineiro, Itamar Franco, chegou a declarar moratória à União. Os juros muito altos, a necessidade de uma auditoria na dívida mineira e a diferença de tratamento entre estados eram os argumentos de Itamar à época. Eulália ainda criticou muitos órgãos de imprensa que na época trataram a moratória como calote.

- Minas não quer calote. A gente quer pagar a dívida se ela for legal e legítima – disse Eulália, que ressaltou que Minas gasta mais com a dívida do que com saúde, educação e transporte.

A coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em São Paulo, Carmen Bressane, apresentou a realidade da dívida da capital paulista. Segundo Carmen, 90% da dívida de São Paulo é com a União. Ela também acredita que a dívida termina sendo paga pelos cidadãos e criticou o projeto de lei da Câmara (PLC) 238/2013 – que trata de incentivos fiscais e mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000). Para Carmen, o projeto não representa avanços no debate sobre a dívida pública.

- Peço que aqui no Senado possam ver essa situação tão cruel com o povo brasileiro – pediu a coordenadora.

Direitos e cidadania

O presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, Eric Toussaint, elogiou as recentes manifestações populares no Brasil. Para Toussaint, os protestos trazem um questionamento sobre o uso correto do dinheiro público – comparando gastos com eventos esportivos e serviços públicos como saúde e educação. Esse questionamento inclui, segundo Toussaint, um inevitável debate sobre a dívida pública.

- Temos que resistir, com base em direitos internacionais e internos, para garantir a satisfação dos direitos humanos – declarou.

Para o vice-presidente da Federação Brasileira das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Lirando de Azevedo Jacundá, uma das maiores dívidas do país é a questão do desperdício – recorrente em obras públicas. Lirando ainda criticou os "contratos leoninos" que comprometem as finanças dos estados. Para o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Waldery Rodrigues Júnior, é preciso discutir a dívida pública com base em duas premissas: auditoria e cidadania. Ele entende que o poder público deve oferecer mais informações para a sociedade sobre a dívida pública de cada ente federado.

- Isso faz parte da maturidade democrática de um país. Afinal, o dinheiro é público – argumentou Waldery.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a audiência, disse que a maior dívida dos estados e municípios é o analfabetismo, mas admitiu a importância de debater a dívida financeira. Cristovam foi um dos que assinaram o requerimento para a realização da audiência, ao lado dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Para o senador paulista, quando os estados e municípios tiverem que gastar menos com a dívida, vai sobrar mais dinheiro para investir em saúde, educação e segurança. Ele ainda disse esperar que, assim, sobre recursos para o Brasil implementar o programa renda básica de cidadania.

Segundo o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), os argumentos apresentados pelos debatedores formam um importante subsídio para o trabalho da CAE. Ele criticou a pouca autonomia dos estados na questão

fiscal e disse que a dívida pública traz a discussão sobre um novo arranjo para o pacto federativo. Para Luiz Henrique, o debate sobre a descentralização das decisões no país é uma questão urgente.

- Não temos um país pequeno, mas um continente cheio de diversidades. Temos um continente que é pensado em Brasília. Mas Brasília não conhece os brasis – lamentou.

*Fonte: [Agência Senado](#).

Impasse sobre marco civil e piso de agentes de saúde cancela votações da semana

Segundo o líder do Governo na Câmara, dep. Arlindo Chinaglia (PT-SP), o piso dos agentes só será votado depois do marco civil da internet

Os líderes partidários decidiram cancelar as votações do Plenário nesta semana para buscar acordo sobre duas propostas polêmicas que estão na agenda: o marco civil da internet ([PL 2126/11](#)) e o piso salarial de agentes comunitários de saúde e combate a endemias ([PL 7495/06](#)).

O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), admitiu que poderiam ser votados os destaques à parte geral do novo Código de Processo Civil ([PL 8046/10](#), apensado ao 6025/05), mas alguns líderes disseram que não votariam outras matérias até a definição do piso dos agentes. “Para manter a palavra empenhada dos líderes e do próprio presidente da Câmara, a decisão política é não votar nada nesta semana”, disse.

Chinaglia afirmou que as negociações com os agentes avançaram, mas não quis comentar qual seria o acordo. “Não posso afirmar que já existe um acordo, mas a negociação está caminhando e já foram feitas tratativas com os agentes”, declarou.

O líder do Pros, deputado Givaldo Carimbão (AL), disse na segunda-feira (11), após reunião de líderes da base governista no Planalto, que o piso dos agentes de saúde seria de R\$ 903 a partir do ano que vem (a proposta inicial era um piso de R\$ 950). Chinaglia não negou nem corroborou a declaração do colega.

O líder governista, no entanto, disse que o piso dos agentes só será votado depois do marco civil, que tranca a pauta da Câmara. As duas propostas voltarão à pauta de votações na semana que vem.

Marco civil

Outro impasse diz respeito ao marco civil da internet. “Há divergência na base, nas bancadas e também na oposição. Isso não impede de votar, porque há a possibilidade de destaques; mas o projeto não está maduro, o relator ainda está fazendo reuniões sucessivas, bem como o próprio governo”, explicou Chinaglia.

Uma das controvérsias diz respeito à neutralidade de rede, que obriga provedores de conteúdo e de conexão a tratar de forma igual qualquer pacote de dados, sem privilégios para um usuário ou um serviço específico.

O PMDB já adiantou que não concorda com a neutralidade para provedores, que inviabilizaria a venda de pacotes com serviços diferenciados (só e-mail ou só redes sociais, por exemplo).

Já o PSDB não está satisfeito com a determinação de que as exceções à neutralidade serão estabelecidas por um decreto presidencial, e não pelo Congresso.

O líder do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP), disse ainda que restam dúvidas sobre a obrigatoriedade de data centers para armazenamento de dados no Brasil; sobre o tempo de guarda de dados de aplicativos e provedores; e sobre a judicialização da retirada de conteúdo considerado ofensivo da rede; entre outros pontos.

Trancamento

Sampaio criticou o trancamento da pauta por conta de projetos com urgência constitucional do Executivo. Além do marco civil, tranca a pauta o projeto que destina ao programa Minha Casa, Minha Vida o valor arrecadado com a multa extra de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) cobrada em caso de demissão sem justa causa (Projeto de Lei Complementar - PLP 328/13). "O que a presidente Dilma quer com essa urgência é impedir o funcionamento do Legislativo", disse o líder do PSDB.

Chinaglia rebateu as críticas. Ele lembrou que o governo tirou a urgência do marco regulatório da mineração (PLs 37/11 e 5807/13) com o compromisso de se votar esse projeto em outubro, mas até hoje o texto não foi votado sequer na comissão especial. "Estamos tratando o marco civil com a urgência que ele tem. Não espero elogios da oposição, somente a verdade", ponderou.

*Fonte: [Agência Câmara](#).

Um espectro ronda o Brasil: o da terceirização total

Um espectro ronda o Brasil: o da terceirização total, não só das atividades-meio, como já existe, mas também das atividades-fim, como propõe o projeto de lei nº 4.330, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).

Sua justificativa é singela: "A empresa moderna tem de concentrar-se em seu negócio principal e na melhoria da qualidade do produto ou da prestação de serviço". Mas a propositura é eivada de falácias, como vamos indicar neste espaço.

Primeira falácia: a terceirização cria empregos. Como hoje temos aproximadamente 12 milhões de terceirizados no Brasil, ela cumpriria papel de relevo na ampliação do mercado de trabalho.

Mas esse argumento omite que os terceirizados têm jornada de trabalho em média bem maior do que o conjunto dos assalariados contratados sem tempo determinado.

Assim, o que ocorre é que onde três trabalham com direitos e por tempo não determinado, aproximadamente dois terceirizados acabam por realizar o mesmo trabalho, padecendo de maior intensificação e jornadas mais longas. Desse modo, em vez de efetivamente empregar, a terceirização desemprega.

Segunda falácia: os terceirizados percebem salários, assim devem agradecer pelo emprego que obtêm.

Mas esse argumento "esquece" que os salários dos terceirizados são bem menores do que os dos demais trabalhadores, especialmente os que estão na base da indústria e dos serviços.

O que as pesquisas mostram, quando realizadas com rigor científico, é que os terceirizados trabalham mais e recebem menos.

Terceira falácia: os terceirizados têm direitos. Esse argumento omite que é exatamente neste âmbito das relações de trabalho que a burla e a fraude se expandem como praga. E quanto mais na base da pirâmide estão os assalariados terceirizados, maiores são as subtrações.

Bastaria dizer que, na Justiça do Trabalho, há incontáveis casos de terceirizados que não conseguem nem sequer localizar a empresa contratante, que não poucas vezes desaparece sem deixar rastro.

Muitos terceirizados estão há anos sem usufruir as férias, pois a contingência e a incerteza avassalam o seu cotidiano.

E, vale lembrar, só uma minoria consegue ir à Justiça do Trabalho, pois o terceirizado não tem nem tempo nem recurso e quase sempre carece do apoio de sindicatos para fazê-lo. E sabemos que, nos serviços, setor no qual se expande celeremente a terceirização, viceja também a ampla informalidade e a alta rotatividade.

Quarta falácia: terceirizar é bom, pois "especializa" e "qualifica" a empresa. Mas seria bom explicar por que essas atividades terceirizadas são as que frequentam com mais constância as listas de acidentes de trabalho. E mais: no serviço público, elas não raro aumentam os custos, sendo fonte inimaginável de corrupção.

Bastaria lembrar as empresas terceirizadas que fazem a coleta do lixo urbano. E a brutalidade sem limites que é ver um trabalhador correr como louco atrás dos caminhões para manter as "metas" e a "produtividade" na coleta privada dos lixos nas cidades.

O essencial que o PL 4.330 tenta esconder, em meio a tantas falácias, é que a terceirização, especialmente para os "de baixo" que não dispõem do capital cultural que sobra aos estratos superiores, têm dois objetivos basais. Primeiro, reduzir salários, diminuindo direitos. Segundo, e não menos importante: fragmentar e desorganizar ainda mais a classe trabalhadora, agora convertida em classe "colaboradora".

Se aprovado esse PL 4.330, ele terá um efeito erosivo ainda maior na nossa já gigantesca falésia social.

**Fonte: artigo escrito por Ricardo Antunes, professor titular de sociologia do trabalho na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador da coleção Mundo do Trabalho e publicado no [portal Diário Liberdade](#).*

Senadores apresentam projeto para anular sessão que derrubou Jango

Randolfe Rodrigues defende que é preciso "tirar a legalidade" do golpe militar de 1964

Um grupo de parlamentares apresentou nesta quarta-feira projeto de resolução para anular a sessão legislativa que declarou vago o cargo de presidente da República, então ocupado por João Goulart, na madrugada de 1º de abril para 2 de abril de 1964. Na prática, foi esta a sessão que legitimou o Golpe Militar. O autor do projeto, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), afirmou que a intenção é "tirar o ar de legalidade" do golpe. Nesta quarta-feira, o corpo de Jango foi exumado.

- É um resgate da história nacional, porque a sessão da madrugada de primeiro de abril de 1964 deve ser considerada nula em uma democracia. Não se pode declarar vaga a cadeira presidencial com o presidente em território nacional, em Porto Alegre, defendendo a Constituição contra essa violência. Com esse projeto, queremos tirar toda a legalidade ao golpe de 1964 e, conseqüentemente, tornar nulos todos os Atos Institucionais decorrentes dele - afirmou Randolfe.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu Randolfe, Pedro Simon (PMDB-RS) – primeiro signatário do projeto -, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e o deputado Miro Teixeira (PROS-RJ), que apresentou projeto na Câmara pedindo que o plenário do Senado seja batizado de João Goulart. Renan afirmou que irá pedir aos líderes da Casa que recolham assinaturas para que o projeto de autoria de Randolfe seja analisado diretamente na sessão do Congresso marcada para a próxima terça-feira (19), quando os vetos presidenciais serão apreciados, ao invés de tramitar nas duas Casas separadamente.

- Esse projeto é uma oportunidade para eliminar uma mancha na história do Brasil, a exemplo do que fizemos na sessão que devolveu o mandato a Luiz Carlos Prestes, injustamente cassado - disse Renan.

**Fonte: [O Globo](#).*

Juizados especiais podem ser tribunais de exceção

No último dia 7 de novembro o ministro José Eduardo Cardozo anunciou a criação de uma “força-tarefa para apurar e julgar casos de violência em manifestações de rua”. A medida prevê a criação de novos órgãos, semelhantes aos juizados especiais criados em estádios de futebol, diz o governo.

Em primeiro lugar, por que a violência a ser enquadrada judicialmente é apenas a dos manifestantes? Por que não há referência às ações criminosas da PM? Entre elas, o uso de munição letal, as prisões arbitrárias e os linchamentos promovidos por soldados contra manifestantes?

Em segundo lugar, dizer que os juizados se inspiram nas experiências com torcidas de futebol não traz nenhuma tranquilidade. Este modelo foi utilizado na Copa da África do Sul e o resultado foram métodos de tribunais de exceção. Pessoas condenadas a anos de cadeia da noite para o dia. Todas pobres, claro.

Basicamente, tribunais de exceção são cortes judiciais que não permitem o direito de defesa, usam provas suspeitas e condenam de forma ligeira e perigosa. São os preferidos pelas ditaduras. Certamente é por isso que a medida anunciada pelo governo fez a alegria dos comandantes da PM e de seus cúmplices, os governadores.

O governo do PT está fazendo um jogo muito perigoso. Alguns de seus membros dizem, por exemplo, que os Black Blocs são fascistas. Mesmo que isso fosse verdade, não autorizaria a adoção de métodos ditatoriais para combatê-los. Até porque tais métodos podem voltar-se contra muitos dos lutadores que apoiam seu governo.

*Fonte: [blog Pílulas Diárias](#).

Desorganização e irregularidades marcam processo seletivo da EBSERH no Maranhão

Nesse domingo, 10 de novembro, o processo seletivo realizado pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC), para preenchimento de vagas para a EBSERH com lotação no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA), foi marcado por desorganização e irregularidades.

Devido atraso de mais de uma hora para a chegada das provas, candidatos para nível superior postaram fotos e comentaram a desorganização do seletivo em um grupo nas redes sociais.

Uma candidata não pôde fazer a prova para a área de Enfermagem porque seu CPF estava inscrito para concurso em Brasília. Candidatos para cargo de Técnico em Química registraram queixa em delegacia porque receberam prova para Técnico em Contabilidade.

A EBSERH reconheceu a irregularidade e marcou provas para os cargos de técnicos em contabilidade e química para o próximo domingo, 17 de novembro.

*Fontes: [Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão \(Apruma\)](#) e [blog do Luís Cardoso](#).

Danilo Gentili devia se explicar na cadeia

*Por Paulo Nogueira, no blog *Diário do Centro do Mundo*:

Vou contar uma história ocorrida em Londres.

Meses atrás, um jogador de futebol teve uma síncope cardíaca em pleno jogo, diante de um estádio lotado e de câmaras que transmitiam a partida para vários países.

Foi uma comoção coletiva. Ele ficou minutos sem respirar, e saiu numa maca sem que se soubesse se estava morto. (Felizmente, conseguiram ressuscitá-lo: ele se retirou do futebol, mas está vivo).

No Twitter, mensagens angustiadas, desesperadas torciam pelo jogador.

No meio da dor generalizada, alguém começou a postar mensagens racistas, insultuosas ao jogador e às pessoas que sofriam naqueles instantes por ele.

Houve uma reação imediata dos internautas. O racista, em seu último tuíte, depois de falar em bananas e coisas do gênero, disse o seguinte: “Vivo num país em que a liberdade de expressão é sagrada.”

Bem, para encurtar a história: em poucas horas alguém bateu em sua porta. Era a polícia. Ele foi levado para a prisão, onde passou alguns meses.



Covardemente, apagara sua conta no Twitter, mas estava tudo registrado (ilustração acima).

Me lembrei desse episódio ao ver que Danilo Gentili, o analfabeto político com voz esganiçada que faz humor para preconceituosos rasteiros como ele, ofereceu bananas a um homem negro que o interpelara sobre seu uso de racismo nas “piadas”.

Tão covardemente quanto o londrino valentão, Gentili apagou o tuíte racista. Mas o ofendido já tinha gravado a imagem.

Solidariedade a Gentili partiu dos mentecaptos de sempre, entre eles o cantor Roger, o Inútil, outro analfabeto político. Roger se gaba de um QI elevado, mas acredito tanto nisso quanto acredito na audiência “enorme” de Reinaldo Azevedo.

Gentili é um entre tantos ‘comediantes’ que atiraram na lata de lixo o humor nacional com suas “piadas” endereçadas a negros, pobres, nordestinos, retirantes, homossexuais.

Há outros: Tas, Rafinha Bastos – gente que adula os ricos, rasteja diante de quem tem dinheiro e é impiedosa com os desvalidos, as minorias.

Eles chamam o que fazem de “politicamente incorreto”. Mas o que fazem é contribuir para o atraso social do país. São ignorantes que semeiam a ignorância.

Em Londres, o racista deu suas explicações pelo que fez no Twitter no único lugar que cabe para esse tipo de coisa: na cadeia.

É uma pena que Gentili não dê suas explicações no mesmo lugar.

Uma imensa pena.

**Fonte: [texto publicado no blog do Altamiro Borges](#).*

FENASPS